

Conselho Fiscal

ATA DA 3ª REUNIÃO DE 2023

Às **10h** (dez horas), do dia **04 de julho de 2023**, através da plataforma online do *Google Meet*, é realizada a **3ª reunião do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Olinda - OLINPREV**. Presentes remotamente à sessão se encontram:

ADRIANA LEITE COUTINHO, Presidente do conselho Fiscal, GUSTAVO TENÓRIO GONÇALVES HOLANDA, Secretário-geral dos órgãos colegiados; como ouvintes ROBERTO FERREIRA DA ROCHA, Vice-diretor presidente do OLINPREV; CLÁUDIA MARIA SILVA TABOSA, Diretora Presidente do OLINPREV; PAULO SÉRGIO SANTANA BELDEL FILHO Diretor de Investimentos, os membros titulares JOSÉ PEREIRA DA SILVA, MAZONIEL LEOCADIO DA SILVA FILHO e como ouvintes os membros suplentes JOED FREIRE PEREIRA DA SILVA, ALCIDES RAMOS DA CUNHA e EVERALDO TORRES CATÃO. Iniciando a sessão Adriana Leite Coutinho analisa o relatório de Investimentos feito pela Diretoria de Investimentos, e informa que durante a análise dos membros surgiram algumas dúvidas, nesse contexto, foi solicitado ao Diretor de Investimentos Paulo Beldel Filho que expusesse o documento e esclarecesse as dúvidas. Paulo Beldel sugere que pretende apresentar primeiramente o cenário econômico e posteriormente o relatório referente a maio/2023 ao Conselho Fiscal, todos os membros estão de acordo.

Paulo Beldel acrescenta que a respeito do cenário atual houve queda na taxa de inflação nos últimos 12 meses onde a inflação convergiu para dentro do esperado da meta de inflação para 2023 neste primeiro semestre. Com essa redução da inflação o mercado já precifica que em agosto/2023 seja realizada a redução da taxa selic de 13,75% atualmente, no final de 2023 em 12% e no próximo ano uma perspectiva de redução para 9,5%.

Neste relatório de maio/2023 podemos observar que temos uma evolução no final de cada mês onde o patrimônio juntando financeiro e capitalizado em janeiro/2023 R\$ 139.833.112,55 e em maio/2023 R\$ 153.002.348,41 (página 03).

Atualmente estamos acima da meta estipulada pelo relatório atuarial e evolução acumulada mensalmente e a rentabilidade do fundo capitalizado comparado com a meta atuarial que é IPCA + 4,84% a.a.

A carteira do Fundo Capitalizado atual está distribuída em 98,32% em renda fixa através de Fundos e 1,66% em renda variável através de Fundos de ações (página 04).

Dentre de renda fixa existem alguns índices de mercado que servem de parâmetros e os benchmarks estão distribuídos 30,08% em índice IDKA (até 2 anos), IMAB 5+ (0,24%) ibovespa 1,66% etc (página 08).

Após as explicações iniciais Adriana Leite está satisfeita com a explanação e passa a palavra para os outros membros.

José pereira pergunta se o relatório foi feito especificamente para o conselho Fiscal ou foi gerado para emitir para outros órgãos.

Paulo Beldel fala que atualmente temos no site o relatório elaborado pela nossa consultoria de investimentos da NUI, este relatório é produzido pela Diretoria de Investimentos que é um pouco mais visual, porém no site do Olinprev temos um link atualizado do relatório da NUI e posteriormente iremos disponibilizar também este relatório elaborado pela Diretoria de Investimentos.

Roberto da Rocha esclarece que complementando o que Paulo Beldel falou não foi um relatório preparado especificamente para essa apresentação do conselho e sim um

Conselho Fiscal

relatório que a Diretoria de Investimentos tem produzido e temos utilizado para acompanhamento dos investimentos como um todo, é um relatório de gestão.

Joed Freire pergunta se o Item 5 Enquadramento Resolução FI 100% Títulos TN com recursos aplicados em R\$ 118.796.729,56 se esse percentual está acima do permitido (página 09).

Paulo Beldel pelo limite da resolução podemos aplicar 100% em fundos que aloque diretamente em títulos do tesouro nacional e dentro da nossa política de investimentos estamos com esse desenquadramento, porém é algo que a gente já vai fazer e pretende realizar na alteração nesta política de investimentos diante da mudança de cenário econômico, essa política foi desenvolvida no final do ano passado e vamos propor alterações para reenquadramento tendo em vista que temos o prazo de até seis meses para enquadramento da política de investimentos (estratégia alvo).

Claudia Tabosa fala que será convocado tanto o conselho deliberativo quanto o conselho fiscal para propor novas alterações principalmente porque títulos públicos ainda não compramos porque precisamos fazer um chamamento público então vamos fazer a revisão dessa política de investimentos. Inclusive fomos ao Tribunal de Contas no mês passado e conversamos com a Gerência de Investimentos onde eles disseram que a gente promovesse nesse segundo semestre essa alteração para que a execução da Política de Investimentos seja cumprida.

Everaldo Catão fala que gostaria de que ficasse registrado que na ata apresentada deva contemplar todas as falas e gostaria que ficasse registrado na ata desta reunião.

Everaldo Catão fala que o rendimento deste ano foi 5.76% do Fundo Capitalizado e o financeiro foi um pouco mais baixo, essa diferença de rendimento é devido ao valor de aplicação do fundo financeiro, ou seja, o fundo capitalizado tendo mais recursos as taxas são melhores?

Paulo Beldel fala que o que acontece é a diversificação dos ativos, o Fundo Financeiro basicamente só está alocado em fundos de liquidez tendo uma rentabilidade de 5.25% de janeiro até maio, já o fundo capitalizado tem um pouco mais de rentabilidade porque tem algumas diversificações a mais. O fundo financeiro tem como objetivo para pagamento da folha, não tendo objetivo de acumulação.

Everaldo Catão fala que gostaria da informação de quanto está a folha de pagamento de cada fundo e a arrecadação mensal de cada um, ele sugere que é mais um argumento para defender a unificação dos fundos se tivéssemos um fundo único teríamos mais rendimentos de aplicação.

Everaldo Catão continua sua fala perguntando o que rendeu mais foram as aplicações de renda fixa? As negociações são por quanto tempo? Pois a tendência é a queda da SELIC e tudo indica que vai baixar no segundo semestre e várias aplicações vinculadas aos CDIs essa renda fixa que teremos daqui pra frente iremos continuar com o índice atual?

Paulo Beldel fala que o Banco Central através da reunião do COPOM determina a taxa básica de juros para que possa convergir a inflação para dentro da meta, diante disso nos últimos 3 anos que primeiro tivemos um diminuição da taxa selic que chegou ao nível menor histórico em 2020 e avançou rapidamente a taxa selic tendo um dos bancos centrais que atuaram mais rápido no controle de inflação pós pandemia então a SELIC meta atualmente está em 13.75% desse modo quando temos um aumento da taxa selic o mercado antecipa essa tendência de aumento.

Com a queda de Selic os títulos tendem a terem uma rentabilidade menor, diante disso, já estamos propondo para o Comitê de Investimentos a alteração na alocação pois estamos alocados em inflação IPCA puro e migrar os recursos para títulos públicos já previsto na

Conselho Fiscal

Política de Investimentos atual para a compra direta que apesar do fechamento da curva ainda estaríamos com rentabilidade superior a nossa meta atuarial como também alocar em fundos que busquem esses benchmarks que teriam melhor valorização com a possível queda da Selic como o IMA B5+ e o IMA B5.

Seguindo a reunião, Claudia Tabosa fala que estamos propondo a alteração da Política de Investimentos e vamos ter uma reunião mensurando cada fundo e a justificativa do porquê de cada mudança baseado no cenário atual de diminuição da SELIC e teremos mais esclarecimentos.

Adriana Leite fala que o Conselho Fiscal dará início ao regimento interno e o cronograma das reuniões que a princípio já são quadrimestrais.

Roberto Rocha complementa que estamos solicitando alguns documentos do conselho fiscal que é o regimento interno, as atas e o cronograma das reuniões para disponibilizar no nosso site que faz parte da transparência e que inclusive é um dos requisitos para aderir ao pró-gestão que é um manual de boas práticas de regime de previdência, inclusive vamos precisar dos antecedentes criminais estadual e federal e a declaração de situações da lei complementar 064/90 e Gustavo Tenório irá fazer um modelo para todos assinarem.

Roberto da Rocha complementa que sobre a questão das certificações e que precisamos em breve que pelo menos a maioria dos membros do conselho fiscal seja certificado e atualmente só temos José Pereira da Silva certificado e se os membros estiverem precisando de alguma ajuda para a prova entre em contato porque é importante que a maioria seja certificado.

Paulo Beldel fala que podemos conferir junto com a NUI Assessoria que possui uma plataforma online e quem tiver interesse é só nos enviar um e-mail e telefone para solicitar a inclusão na plataforma do curso.

Não existindo mais manifestações, a Presidente do Conselho Fiscal Adriana Leite encerra esta reunião às 12:03, lavrada através da presente Ata, assinada por todos os Conselheiros participantes e por mim, Gustavo Tenório Gonçalves Holanda, Secretário-Geral dos Órgãos Colegiados do OLINPREV.

Olinda/PE, 04 de julho de 2023.

ADRIANA LEITE COUTINHO
Presidente do Conselho Fiscal

GUSTAVO TENÓRIO GONÇALVES HOLANDA
Secretário-Geral dos Órgãos Colegiados

JOSÉ PEREIRA DA SILVA
Conselheiro Titular

MAZONIEL LEOCADIO DA SILVA FILHO
Conselheiro Titular